

Central de Aquisições do Estado  
**ACIS quer contribuir no desenho regulatório do mecanismo de compras públicas**

02



Reformas Económicas  
**ACIS e DASP** querem melhorar diálogo entre empresários e governo

04



Conteúdo Local  
**Empresários** defendem estratégia clara e única de participação no Projecto Mozambique LNG

04



Apesar do encerramento na RSA  
**NISSAN** garante continuidade e estabilidade das operações em Moçambique

05

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

# Central de Aquisições do Estado ACIS quer contribuir no desenho regulatório do mecanismo de compras públicas



Presidente da ACIS, Tomás Timbane

O Presidente da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), Tomás Timbane, afirma que a criação da Central de Aquisições do Estado é um passo positivo, mas não constitui por si só garantia de eliminação dos esquemas de corrupção e defende redução no máximo da intervenção humana e a margem de manipulação.

A Central de Aquisições do Estado em Moçambique é uma iniciativa governamental, cuja operacionalização está prevista para o presente ano, focada em centralizar compras públicas para aumentar a transparência, eficiência e combater a corrupção na despesa pública. Este tema é da entrevista que

se segue, na qual o Presidente da ACIS aborda os assuntos mais candentes do ambiente de negócios em Moçambique.

**VOZ DO EMPRESÁRIO (VOE): Como está o desempenho da ACIS enquanto interlocutor do sector empresarial junto do governo e de outras entidades nacionais e internacionais?**

TOMÁS TIMBANE (TT): A ACIS tem reforçado o seu papel enquanto interlocutor credível do sector privado, sobretudo num contexto de profundas reformas económicas em curso. O Governo tem vindo a implementar transformações estruturais — incluindo a reforma fiscal e a criação da Central de Aquisições do

Estado — que exigem diálogo permanente e qualificado entre autoridades e o sector empresarial.

A ACIS tem procurado participar activamente na auscultação pública, na produção de pareceres técnicos e na mediação de preocupações dos operadores económicos, contribuindo para que as políticas públicas reflitam maior previsibilidade, racionalidade económica e equilíbrio regulatório.

**VOE: Desde 2025 o governo está a levar a cabo uma reforma fiscal que abrange os diplomas referentes aos Códigos do IRPS, ICE, IRPC, ISPC, CIVA, bem como a Pauta Aduaneira, com o**

### **propósito de alargar a base tributária e tornar o sistema mais justo e equilibrado. Que impacto a ACIS espera desta medida a nível dos negócios?**

TT: A reforma fiscal iniciada em 2025 introduziu alterações profundas nos códigos do IRPS, IRPC, IVA, ISPC, ICE e na Pauta Aduaneira, com objectivos explícitos de alargar a base tributária, aumentar a justiça fiscal, modernizar o sistema e alinhar o regime tributário com a economia digital.

Do ponto de vista da ACIS, a reforma poderá ter impactos positivos se garantir simplicidade, estabilidade normativa e maior transparência. Porém, as alterações — nomeadamente o reforço do controlo do IVA e a redefinição de critérios para tributação de não residentes — também podem elevar custos de conformidade e pressionar a tesouraria das empresas.

A ACIS defende que a eficácia da reforma dependerá da capacidade do Estado de assegurar um período de transição equilibrado, evitar interpretações divergentes pela administração tributária e continuar o diálogo com o sector privado. Trata-se de um período de transição que não foi indicado, o que agrava o impacto dessas medidas no tecido económico e social.

### **VOE: Ainda nas reformas económicas o governo moçambicano está a preparar a implantação de uma Central de Aquisições do Estado para melhorar a gestão dos concursos públicos para assegurar transparência e justiça nas contratações para o fornecimento de bens e serviços ao Estado. Será esta entidades garantia do fim dos esquemas de corrupção e interferência política nas decisões de adjudicação?**

TT: A criação da Central de Aquisições do Estado representa uma medida estruturante para centralizar compras públicas, reduzir custos, combater a subfaturação e aumentar a transparência.

Contudo, análises independentes alertam que a centralização, sem salvaguardas robustas, pode gerar riscos de captura institucional, favorecimento selectivo e concentração excessiva de poder decisório.

Assim, a ACIS entende que a Central de Aquisições do Estado é um passo positivo, mas não constitui por si só garantia de eliminação dos esquemas de corrupção. Será essencial assegurar:

- ▶ transparência pública dos processos de aquisição,
- ▶ governança clara e independente,
- ▶ sistemas electrónicos de procurement já em curso, como o e GP, para reduzir a intervenção humana e a margem de manipulação.

### **VOE: Qual é o parecer da ACIS sobre o novo mecanismo de importação e comercialização de arroz e trigo no país sob a liderança do Instituto de Cereais de Moçambique?**

TT: O mecanismo instituído pelo Diploma Ministerial n.º 132/2025, de 31 de Dezembro centraliza progressivamente a importação de arroz e trigo sob liderança do ICM, introduzindo pré-registo obrigatório e maior rigor documental. Segundo o ICM, o objectivo é reforçar a transparência, previsibilidade, estabilidade de preços e combate à subfaturação e evasão cambial.

A ACIS reconhece a importância de assegurar segurança alimentar e previsibilidade no mercado, mas manifesta preocupação com:

- ▶ os potenciais efeitos sobre a concorrência,
- ▶ riscos de criação de monopólios ou barreiras de entrada,
- ▶ impactos sobre a autonomia dos operadores económicos.

Estas apreensões também foram levantadas pelo sector privado, em particular pela ACIS, em diversos fóruns públicos e junto do Ministério da Economia.

### **VOE: Que implicações a entrada do Estado no negócios da importação de cereais poderá trazer neste sector e na economia de forma geral?**

TT: A centralização das importações pelo Estado poderá gerar efeitos mistos:

Efeitos positivos potenciais

- ▶ Redução de práticas de sobrefaturação e fuga de divisas;
- ▶ Maior estabilidade de preços ao consumidor;
- ▶ Maior controlo sobre cadeias essenciais à segurança alimentar.

Riscos e externalidades

- ▶ Redução da concorrência, com impactos sobre preços no médio prazo;
- ▶ Menor dinamismo privado no sector;
- ▶ Riscos operacionais, pois a ICM tem limitações técnicas e logísticas.

O próprio sector já alertou para riscos ao emprego e ao investimento no segmento de importação e distribuição.

A ACIS defende que é necessário regulação, mas o modelo não deve asfixiar a iniciativa privada, até porque até ao presente momento, não se sabe quais os critérios que serão usados. Não houve, para a introdução deste mecanismo, qualquer auscultação pública, o que condiciona a adesão do sector privado a este mecanismo.

### **VOE: O ano 2026 inicia com inundações e cheias que para além de condicionar o funcionamento de diversas actividades económicas, nomeadamente serviços, indústria e comércio, cortou a principal estrada que liga todo o território nacional. Na vossa opinião qual seria a solução**

### **definitiva para as sucessivas interrupções na transitabilidade da Estrada Nacional Número 1?**

TT: As cheias e inundações que afectam ciclicamente a EN1 colocam em risco a mobilidade nacional e a continuidade das cadeias logísticas.

Embora a ACIS não se ache tecnicamente capacidade para emitir posições sobre este assunto, o recurso a boas práticas internacionais e da urgência reconhecida na política pública de infraestruturas ajuda a indicar sugestões do que se deve fazer. A ACIS defende que a solução deve ser estrutural e multidimensional, incluindo:

1. Reengenharia completa de troços críticos, com elevação da estrutura rodoviária e construção de corredores alternativos;
2. Investimento robusto em obras de drenagem, considerando o agravamento dos eventos climáticos extremos;
3. Modelos de financiamento de longo prazo, incluindo PPPs para garantir manutenção preventiva;
4. Planeamento territorial integrado, combinando engenharia, hidrologia e protecção ambiental.

### **VOE: Face à actual conjuntura económica e política, que intervenções de fundo a ACIS espera fazer a curto ou médio prazos para defender o interesse do sector privado e promover um bom ambiente de negócios em Moçambique?**

TT: Face ao contexto económico e político, a ACIS pretende priorizar:

- a) Agenda de advocacia estrutural
  - ▶ Participação qualificada na implementação da reforma fiscal, acompanhando riscos e propondo ajustamentos normativos.
  - ▶ Contributo técnico para o desenho regulatório da Central de Aquisições do Estado.
- b) Defesa da competitividade privada
  - ▶ Monitorização dos impactos do novo regime de importação de cereais.
  - ▶ Promoção do diálogo entre Governo e sector produtivo para evitar distorções concorrenciais.
- c) Melhoria do ambiente de negócios
  - ▶ Propostas para simplificação administrativa, digitalização de processos e redução de custos de conformidade.
  - ▶ Apoio a PME, sobretudo em contexto de vulnerabilidade por choques climáticos e instabilidade logística.
- d) Resiliência económica e climática
  - ▶ Advocacia por investimentos em infraestruturas críticas (EN1).
  - ▶ Parcerias com organismos internacionais para programas de recuperação económica pós cheias.

## Reformas Económicas ACIS e DASP querem melhorar diálogo entre empresários e governo



No centro a equipa da DASP ladeada a esquerda pelo Presidente da ACIS e a direita pelo Vice-presidente

A Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) e o Ministério da Economia através da Direcção Nacional de Apoio ao Sector Privado (DASP) manifestam interesse de melhorar os mecanismos de colaboração na busca de soluções para os desafios do sector empresarial no país.

O compromisso foi assumido a 20 de Março último, em Maputo, durante um encontro de cortesia entre o Presidente da ACIS, Tomás Timbane e o Director Nacional de Apoio ao Sector Privado, Cândido Langa, que na ocasião anunciou a elaboração de um plano de acção para a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

A direcção da ACIS aproveitou o encontro para manifestar preocupação com a falta de consulta ao Sector Privado sobre

as reformas em curso, sobretudo fiscais, e constante ruptura dos mecanismos de diálogo público-privado ao longo dos ciclos de governação.

“Achamos que o diálogo está a falhar, há aprovação de instrumentos regulatórios sem auscultação, para além da uniformização de procedimentos sem ter em conta a realidade e as incongruências ao longo do país”, explicou o Vice-Presidente da ACIS, Ivan Buzi.

Segundo o DASP, Cândido Langa, o encontro com a direcção da ACIS enquadra-se na abertura do governo para maior interacção com o Sector Privado. “Eventualmente podemos estar a trilhar um caminho que não seja o mais recomendado, mas nos colocamos à disposição para colaborarmos da melhor forma possível na remoção de barreiras

ao investimento. Queremos conhecer melhor as empresas através das associações em que se encontram filiadas.” Disse o director para depois acrescentar que está em elaboração o Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios que vai aglutinar várias reformas sectoriais assim como uma plataforma online designada Observatório do Ambiente de Negócios.

Entretanto, as partes assumiram o compromisso de reforçar a colaboração, nomeadamente na acções tendentes à remoção de barreiras ao investimento, socialização das reformas económicas em curso no país, bem como na partilha de informação sobre as oportunidades de negócios disponíveis em vários sectores do Estado.

## Conteúdo Local Empresários defendem estratégia clara e única de participação no Projecto Mozambique LNG



Participante intervindo durante o seminário

O projecto Mozambique LNG liderado pela TotalEnergies apresentou no passado mês de Março, em Pemba e Maputo, diversas oportunidades de negócios para empresas nacionais, no âmbito da estratégia de promoção do conteúdo local nas actividades ligadas ao gás natural.

Diante de representantes de várias empresas que operam no país, a multinacional de origem francesa mostrou que está mesmo de volta ao país, depois da suspensão do seu projecto devido à insegurança, e anunciou oportunidades para os homens de negócios.

“Nós temos um objectivo forte. Por exemplo, durante a fase de construção, nós queremos gastar 4,5 biliões de dólares em contratos com fornecedores locais. Nós também vamos empregar sete mil moçambicanos no momento de pico da construção. Portanto, vocês podem ver que o conteúdo local é muito importante para o Mozambique LNG”, confirmou Jean-Pascal Clemeçon, representante da TotalEnergies.

Essencialmente, a multinacional vai comprar bens e serviços de empresas moçambicanas por imposição legal e por pretender alavancar a indústria nacional, segundo o director do projecto Mozambique LNG, que deverá produzir gás natural.

“Nós queremos reforçar todas as contribuições que fizemos no passado para este desenvolvimento de indústrias locais, e não só queremos que seja claro, mas queremos ter certeza de que podemos ter um contacto directo com vocês”, disse Nicolas Cambefort, Director da Mozambique LNG.

Mas, esse trabalho não será feito apenas pelo consórcio liderado pela TotalEnergies. Há um grupo de empresas de nível internacional já contratadas para executar grande parte dos trabalhos e estas, por sua vez, vão precisar de subcontratar as mais pequenas.

“Nós queremos reforçar toda a contribuição que fizemos desde o passado para este desenvolvimento local e industrial. E não só queremos isso ser claro, mas queremos ser certos que podemos ter um contacto directo com todos. A ver, a necessidade de aluguer de máquinas, tais como guas, autocarros, pás carregadoras, pás escavadoras, entre outras. Uma das áreas de compras que nós focamos é o aluguer

de serviços e equipamentos”, disse o representante de uma empresa contratada.

A iniciativa foi anunciada durante um seminário empresarial promovido pela TotalEnergies, através da sua subsidiária TotalEnergies EP Mozambique Area 1 Limitada, que reuniu dezenas de empresários e representantes de associações do sector privado.

Falando na ocasião, o Presidente da Câmara de Energia de Moçambique, Florival Mucave, apontou os elevados custos de financiamento como um dos maiores obstáculos para as empresas nacionais e deixa ficar um trabalho de casa para a TotalEnergies.

“Os pagamentos feitos pelas subcontratadas da TotalEnergies são feitos no prazo de 60 a 90 dias. Em 60 a 90 dias como é que a empresa moçambicana pequena vai sobreviver e vai poder ir ao banco, levantar o dinheiro, pagar os materiais e depois ficar a espera 90 dias para ela ser paga?”, questionou, esclarecendo que “não é possível”.

Para tal, segundo Mucave, é preciso uma estratégia muito clara e única de participação. “Neste momento, dada a pressão que existe da TotalEnergies que eles não podem esperar mais tempo por causa do projecto, o mesmo tem de iniciar sem parcerias, sem joint ventures entre as empresas moçambicanas e empresas estrangeiras. Portanto, o nosso apelo aqui é realmente a TotalEnergies que se faça uma roadshow com empresas estrangeiras com as quais eles já trabalharam, as quais eles conhecem, que as tragam para cá para poderem fazer as parcerias com as empresas moçambicanas para facilitar a participação dos moçambicanos”, disse.

Por sua vez, o especialista em petróleo

e gás, José Mendes, alertou que o Ministério das Finanças devia estar atento a este tipo de eventos para garantir a efectiva participação das empresas nacionais nos negócios e os impostos.

“É importante que o sector tenha disposição, que tenha noção, que tenha que aproveitar esta oportunidade do gás. Mas é preciso que quem lidera estes processos, quem realmente dá o modo, que é o Governo neste caso, através do Ministério das Finanças, esteja atento também a estes processos de difusão e de disseminação de informação para poder criar uma lista de serviços que devem ser e isto não é nada novo. Nós podemos inventar o que os outros países fazem, o Gana e Angola, já tem um leque de serviços que são exclusivamente feitos por empresas nacionais”, disse.

Durante o encontro, foram igualmente partilhadas informações relevantes sobre processos de procurement e requisitos de Saúde, Segurança e Ambiente (HSE).

Com a retoma total das actividades, o projecto Mozambique LNG reafirma o seu compromisso de longo prazo com o desenvolvimento de fornecedores nacionais, a criação de emprego e a promoção de um crescimento económico inclusivo em Moçambique.

O projecto Mozambique LNG é o primeiro grande desenvolvimento em terra de gás natural liquefeito em Moçambique, incluindo a exploração dos campos Golfinho e Atum, localizados na Área 1 offshore da bacia do Rovuma. O empreendimento prevê a construção de uma unidade industrial com duas linhas de liquefacção, com capacidade de produção estimada em 13,12 milhões de toneladas de gás natural liquefeito por ano.

## Apesar do encerramento na RSA NISSAN garante continuidade e estabilidade das operações em Moçambique



Face às informações recentes sobre decisões industriais da Nissan Motor Company na África do Sul, marca automóvel japonesa, e da Motorcare Moçambique, ambas as empresas asseguram que a sua actividade no País “mantém-se plenamente operacional e estável”, reafirmando o compromisso com o mercado moçambicano.

De acordo com um comunicado publicado pela empresa em várias plataformas de comunicação, a Nissan Motorcare Moçambique esclarece que as notícias divulgadas não têm qualquer impacto

nas operações locais. A empresa garante que todas as actividades no País decorram com normalidade, sem alterações ao funcionamento regular da marca.

A Nissan Motor Company, multinacional japonesa do sector automóvel, reafirmou o seu compromisso com África e, em particular, com Moçambique, sublinhando que continua a investir na marca e na sua rede de concessionários. “As actividades de comercialização, assistência pós-venda e apoio ao cliente em Moçambique decorrem de forma regular”, refere o comunicado.

O documento que temos vindo a citar garante a disponibilidade de viaturas para o mercado moçambicano no âmbito da estratégia de produção e abastecimento da marca, uma abordagem que

assegura continuidade no fornecimento, bem como padrões de qualidade e fiabilidade para os clientes no País.

A empresa explica ainda que a orientação se enquadra numa estratégia global de optimização da cadeia de produção e abastecimento, uma prática comum na indústria automóvel internacional, orientada para reforçar a competitividade, a eficiência operacional e a sustentabilidade a longo prazo.

Com este posicionamento, a Nissan reafirma o seu compromisso contínuo com os clientes. “A marca assegura confiança, qualidade e um serviço consistente”, reforçando a estabilidade das suas operações e a fiabilidade da sua presença no mercado nacional.

No País, a Nissan opera através da Motorcare Moçambique, empresa responsável pela representação oficial da marca a nível nacional, com uma rede de concessionários dedicada à comercialização e assistência técnica. Presente no mercado moçambicano há cerca de 30 anos, a Nissan tem-se focado em oferecer soluções de mobilidade ajustadas às necessidades do mercado local.

A Motorcare Moçambique foi fundada pelo KJAER GROUP, uma empresa dinamarquesa que oferece soluções de transporte em mais de 70 países. A nível nacional a companhia está presente nas principais cidades, designadamente Maputo, Beira, Moatize, Nampula e Pemba.

## Reforma Fiscal Moçambique avança para a tributação da economia digital



A evolução e massificação da tecnologia e a crescente digitalização da economia levaram a Assembleia da República de Moçambique a aprovar a Lei n.º 10/2025, de 29 de Dezembro, que introduz a tributação de bens e serviços digitais. Assim, os conteúdos digitais, dados, criptomoedas, perfis em redes sociais ou “streaming” passam a ser considerados rendimentos sujeitos à tributação em Moçambique.

A lei proposta pelo Governo, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS), no âmbito da reforma fiscal aprovada em Dezembro pela. Apesar de já publicada no Boletim da República, o Governo dispõe ainda de tempo para regulamentar as alterações.

Entre as mudanças introduzidas, o ar-

tigo relativo aos rendimentos passa a incluir os derivados da transmissão de bens ou prestação de serviços digitais, realizados ou utilizados em território moçambicano, quando sejam devidos por entidades localizadas ou residentes em Moçambique.

A legislação passa igualmente a definir os “bens digitais” como “activos intangíveis representados, armazenados ou transmitidos em formato electrónico, dotados de valor económico, e susceptíveis de apropriação, titularidade, controlo, transferência ou licenciamento por meios digitais”.

A lei, acrescenta que “integram esta categoria, entre outros, software, conteúdos digitais, dados digitais com finalidade económica, criptomoedas, e-books, perfis em redes sociais e out-

ros activos virtuais, bem como contas, acessos e identificadores digitais funcionalmente equiparáveis”.

Incluem-se ainda os serviços digitais, definidos como prestações de natureza intangível realizadas por meios electrónicos, como as fornecidas através de software, plataformas, redes, algoritmos ou infra-estruturas digitais, que permitem ao utilizador aceder, gerar, processar, armazenar, comunicar ou usufruir de informação, bem como executar operações ou transacções à distância, independentemente da localização das partes.

“Abrangem serviços automatizados ou prestados com ou sem intervenção humana mínima, incluindo acesso a plataformas, aplicações disponibilizadas como serviço (SaaS), serviços de “cloud computing”, serviços de media e “streaming” [conteúdos televisivos], serviços financeiros digitais, intermediação digital e quaisquer funcionalidades electrónicas equiparáveis disponibilizadas remotamente”, acrescenta a legislação.

A reforma fiscal em curso envolve ainda, entre outras medidas, alterações na pauta aduaneira, nos códigos do IVA e do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), mudanças que a Autoridade Tributária admite poderem contribuir de forma significativa para o previsto aumento de 15 mil milhões de meticais em receitas fiscais em 2026.



NOVO BANCO.  
NOVAS IDEIAS.



SOCIETE GENERALE  
MOÇAMBIQUE

## Gapi reforça financiamento à economia rural e prepara novo plano estratégico para 2030



A Gapi canalizou cerca de 400 milhões de meticais para a economia rural em 2025 e encerrou o exercício com uma carteira de crédito sólida, mantendo-se como um dos principais instrumentos nacionais de financiamento ao desenvolvimento, com foco nas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Os dados de desempenho evidenciam crescimento consistente dos desembolsos, adequada diversificação por fundos, linhas e sectores, bem como gestão prudente do risco, refletida no controlo do crédito em incumprimento.

Enquanto instituição financeira de desenvolvimento, a Gapi encontra-se igualmente a actualizar a sua estratégia institucional, com vista a responder de forma mais integrada à crescente procura de financiamento e de assistência técnica por parte das MPMEs e produtores rurais. A revisão estratégica pretende reforçar a articulação entre financiamento, capacitação e parcerias, contribuindo para objectivos nacionais de segurança alimentar e fortalecimento de cadeias de valor agrícolas

mais resilientes e sustentáveis.

Ao longo de 2025, a carteira de crédito registou crescimento sustentado, expresso no aumento dos desembolsos por diferentes fundos e linhas de financiamento. A mobilização de recursos não se concentrou num único instrumento, tendo sido distribuída por várias linhas, o que reforçou a capacidade de resposta da instituição às distintas necessidades do mercado.

A carteira apresenta diversificação sectorial relevante, com incidência em áreas estratégicas para o desenvolvimento económico e social, nomeadamente agricultura, comércio, construção e obras públicas, electricidade e gás, indústria transformadora, turismo, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal, transportes e serviços, bem como refinanciamento a instituições microfinanceiras.

Apesar da concentração natural em sectores-chave, os indicadores de crédito em incumprimento (NPL) mantiveram-se sob controlo, sinalizando

uma carteira globalmente saudável. A análise por género e tipo de empresa revela igualmente alinhamento com políticas de inclusão financeira, com financiamento dirigido a empresas lideradas por mulheres e a pequenas e médias empresas, tradicionalmente menos servidas pelo sistema financeiro formal.

Do ponto de vista territorial, a distribuição regional da carteira e a estrutura das garantias demonstram presença relevante em várias regiões do país, contribuindo para mitigar assimetrias no acesso ao financiamento. A composição das garantias evidencia uma abordagem equilibrada entre mitigação de risco e facilitação do crédito.

No sector agrícola, considerado estratégico para a economia nacional e para a segurança alimentar, foram canalizados pouco mais de 200 milhões de meticais ao longo de 2025, financiando projectos de produção, processamento e comercialização em diversas cadeias de valor. Este montante representou parcela significativa da carteira activa, com incidência sobre pequenos e médios produtores organizados em associações e cooperativas, contribuindo para o aumento da produtividade e da renda no meio rural.

Para o primeiro trimestre de 2026, as projecções apontam para a continuidade do crescimento da carteira e dos desembolsos, consolidando o papel da Gapi no financiamento ao desenvolvimento, combinando impacto económico, inclusão social e sustentabilidade financeira.

## Em parceria com Grupo MTN Tmcel reforça qualidade de chamadas internacionais



Presidente da Comissão de Gestão da Tmcel, Mahomed Mussá

Os clientes da empresa de telefonia Tmcel – Moçambique Telecom passam a contar com serviços de comunicações internacionais mais avançados, fiáveis e eficientes, mercê de uma parceria estratégica estabelecida recentemente com a Bayobab, uma holding que agrega todas as operadoras do Grupo MTN, a nível global.

O acordo vai permitir à Tmcel reforçar a sua capacidade de prestação de serviços de voz internacional, roaming internacional e IPX, um protocolo de endereçamento e transmissão de pacotes de da-

dos em redes locais, assegurando uma experiência de comunicação de elevada qualidade para clientes particulares e empresariais, tanto dentro como fora do País.

Igualmente, a parceria assegurará uma conectividade contínua além-fronteiras, facilitando as comunicações internacionais e a mobilidade dos utilizadores. A iniciativa contribuirá ainda para a melhoria da qualidade do serviço, maior estabilidade das ligações e uma experiência de comunicação mais eficiente e segura.

No quadro desta colaboração, a Tmcel seleccionou a Bayobab como parceiro preferencial para apoiar e gerir os seus serviços de comunicações internacionais, garantindo uma gestão integrada de ponta-a-ponta, suportada por platafor-

mas globais modernas e escaláveis.

Conforme explicou o presidente da Comissão de Gestão da Tmcel, Mahomed Mussá, o acordo representa um passo decisivo para o fortalecimento da conectividade internacional.

“Esta parceria constitui um marco importante para a Tmcel e para o sector das telecomunicações em Moçambique. Ao recorrermos às plataformas globais e à experiência da Bayobab, estamos a reforçar a nossa capacidade de oferecer serviços de voz e roaming de classe mundial, alinhados com as necessidades dos nossos clientes e com as exigências do mercado internacional”, frisou.

Por sua vez, o director executivo da MTN Group Digital Infrastructure, Mazen Mroué, destacou o impacto da parce-

ria no processo de inclusão digital e inovação no continente africano.

“Ao firmarmos esta parceria com a Tmcel, estamos a contribuir para a melhoria da experiência diária de conectividade, promovendo inovação, crescimento sustentável e inclusão digital para milhões de utilizadores”, disse.

A iniciativa insere-se na estratégia da Tmcel de modernização contínua das suas infra-estruturas e serviços, bem como no reforço das parcerias estratégicas orientadas para a transformação digital.

A combinação da forte presença local da Tmcel com as capacidades globais da Bayobab cria uma base sólida para uma conectividade resiliente e para o crescimento inclusivo em Moçambique e na região.

## Banco Central lança sistema de pagamentos instantâneos para flexibilizar transferências



Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, falando no lançamento da plataforma

O Banco de Moçambique lançou oficialmente, o Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPIM), uma nova plataforma digital denominada METIX, destinada a permitir transferências de dinheiro em tempo real entre bancos e serviços de carteira móvel no país.

A nova infra-estrutura financeira integra instituições bancárias e operadores de carteira móvel, como M-PESA, E-MOLA e m-Kesh, numa única plataforma tecnológica concebida para tornar as transacções “mais rápidas, eficientes e imediatas”.

Embora o funcionamento do sistema tenha sido anunciado há duas semanas pelo Banco Central, a plataforma ainda não se encontrava operacional.

Falando durante a cerimónia de inauguração do sistema, realizada na cidade da Matola, província de Maputo, o Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, explicou que a plataforma permitirá a realização de transferências interbancárias gratuitas para particulares.

Segundo Zandamela, todas as transacções interbancárias solicitadas

por pessoas singulares através do SPIM estarão isentas de taxas e comissões.

“Trata-se de um sistema prático e de fácil acesso que pode ser utilizado através do site, de aplicações móveis ou dos canais USSD dos bancos. O canal USSD garante o acesso ao sistema através de qualquer tipo de telemóvel, sem necessidade de ligação à Internet ou de dados móveis, permitindo assim a sua utilização por qualquer cidadão”, afirmou.

O governador acrescentou que o sistema estará disponível permanentemente. “O sistema estará disponível 24 horas por dia, sete dias por semana e 365 dias por ano, permitindo aos cidadãos realizar transacções a qualquer momento”, sublinhou.

Para o Banco Central, a introdução desta plataforma representa um passo importante para a modernização do sistema financeiro nacional, permitindo que os cidadãos realizem as suas operações interbancárias “de forma mais simples, rápida, económica e conveniente, num ambiente cada vez mais seguro, inclusivo e moderno”.

Na ocasião, Zandamela apelou igualmente às instituições financeiras para que reforcem continuamente os investimentos em tecnologia, garantindo que os utilizadores possam recorrer a estas ferramentas “com confiança, responsabilidade e segurança”.

O SPIM estabelece ainda limites máximos diários para as transacções: até 200 mil meticais para pessoas singulares e 500 mil meticais para pessoas colectivas, o equivalente aproximado a 1130 e 7800 dólares norte-americanos, respectivamente, à taxa de câmbio actual.

Moçambique conta actualmente com 15 bancos comerciais e 12 microbancos, além de cooperativas de crédito e organizações de poupança. Todas estas instituições, bem como outras autorizadas pelo Banco de Moçambique, deverão aderir ao novo sistema.

Dados do Banco Central indicam que, até Novembro passado, o país registava mais de 24,6 milhões de contas de carteiras digitais móveis, enquanto os bancos comerciais tradicionais contabilizavam 6,6 milhões de contas.



**METIX**  
DINHEIRO NA HORA

*Transfere dinheiro e recebe na hora!*  
*É só enviar... e já está!*

PUBLICIDADE



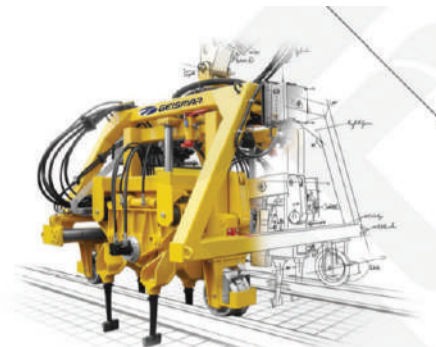
**INTERNET ILIMITADA**  
UM UNIVERSO DE POSSIBILIDADES

TERMOS E CONDIÇÕES APLICÁVEIS

DIGITA **\*123#**  
NETGIRO (OPÇÃO 2)  
E ESCOLHE ILIMITADO

5MT/1H  
10MT/4H  
20MT/10H  
50MT/1 DIA

4.5G



MODERN TECHNOLOGIES IN RAILWAYS AND OIL & GAS



- MANUTENÇÃO DE TUBAGEM, TANQUES E COMPONENTES MECÂNICOS, NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GAZ;
- MANUTENÇÃO DE TODO TIPO DE CARRIS NA INDÚSTRIA FERROVIÁRIA;
- TESTAGEM NÃO DESTRUTIVA (NDT).

### SÃO AS NOSSAS ESPECIALIDADES E O NOSSO DIFERENCIAL

[www.tatos.co.mz](http://www.tatos.co.mz)



Alta Tecnologia em NDT



# ANUNCIE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, AQUI A SUA MARCA CHEGA MAIS LONGE!

ACIS VOZ DO EMPRESÁRIO Nº 48 | OUTUBRO - NOVEMBRO 2025 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**BVM ENFATIZA IMPORTÂNCIA DAS PME'S E DO MERCADO DE CAPITAIS NO CRESCIMENTO ECONÓMICO** 02

**CTA propõe medidas urgentes face ao impacto das manifestações no sector empresarial** 04

**APIEX e UNIDO lançam mapeamento de empresas exportadoras em Moçambique** 05

**Apresentado o novo director executivo do Vista Bank Moçambique** 08

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

WWW.ACISMOZ.COM

ACIS VOZ DO EMPRESÁRIO Nº 49 | JANEIRO, FEVEREIRO 2026 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**ACIS E GABINETE DE REFORMAS E PROJECTOS ESTRUTURANTES AVALIAM MECANISMOS DE COLABORAÇÃO** 02

**Invictus Investment compra a maior indústria moçambicana de MERIC** 06

**Bancos comerciais lançam linha de crédito de 10 mil milhões de Meticals para empresas afectadas pelas manifestações** 07

**TotalEnergies desmobiliza empresas subcontratadas para o desenvolvimento de infraestrutura de liquefação de gás** 10

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

WWW.ACISMOZ.COM

ACIS VOZ DO EMPRESÁRIO Nº 50 | MARÇO 2026 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**VISTA BANK MOÇAMBIQUE ESTREITA RELAÇÕES COM PARCEIROS ESTRATÉGICOS** 02

**"Moçambique precisa de consolidação orçamental face a derrapagem de 2024" - Alerta FMI** 04

**GAPI investe 1,4 mil milhões de meticals para apoiar MPMEs** 06

**Moza Banco defende financiamento personalizado para impulsionar MPMEs** 09

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

WWW.ACISMOZ.COM

ACIS VOZ DO EMPRESÁRIO Nº 51 | ABRIL 2026 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**ASSEMBLEIA GERAL DA ACIS CHANCELA PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2025** 02

**ÁLVARO MASSINGUE PROMETE UMA LIDERANÇA ORIENTADA PARA RESULTADOS** 05

**MOZA BANCO COM LUCRO DE 4 MILHÕES DE METICAIS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2025** 06

**BVM AVANÇA PARA A MODERNIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO MERCADO** 08

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

WWW.ACISMOZ.COM

## Ficha Técnica

### Propriedade:

ACIS

### Sede:

Bairro Palmeiras 1, Rua João de Barros nº 270 - Beira - Moçambique

### Sucursal:

Bairro da Sommerschild, Rua António Simbine nº114 - Maputo

### Contactos:

Telf: +258 82 2434188 | +258 822 434 164

+258 82 2434188

Email: acisadmin2@acismoz.com  
aciscoms@acismoz.com

### Presidente do Conselho de Gerência

Tomás Timbane

### Redação e Edição:

Arnaldo Langa

### Periodicidade:

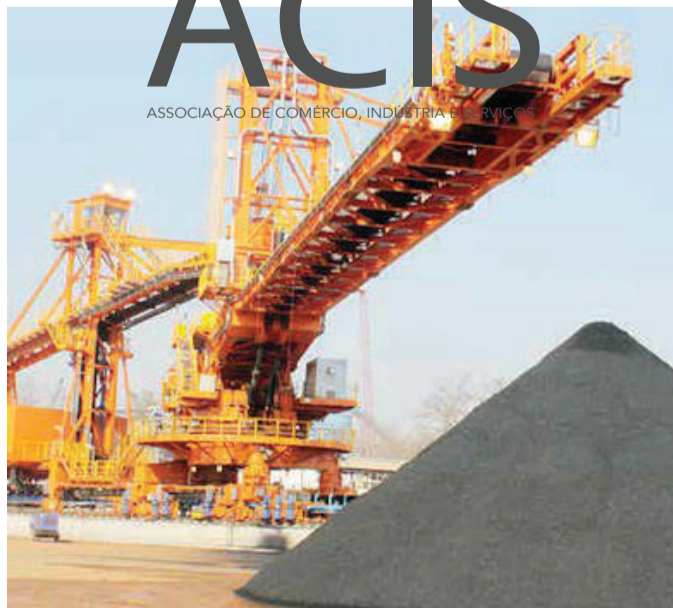
Mensal

### Coordenação:

ACIS

### Layout e Maquetização:

ALEX MATSINHE DESIGN E.I



PARCEIROS



member of MORAIS LEITÃO LEGAL CIRCLE





### TABELA DE PUBLICIDADE NO BOLETIM INFORMATIVO VOZ DO EMPRESÁRIO

TAMANHO DA PÁGINA	LOCALIZAÇÃO DA PÁGINA	CUSTO (MT) POR EDIÇÃO
1	Página Par / Página Ímpar	8.000,00 / 6000,00
1/2	Página Par / Página Ímpar	5000,00 / 4000,00
1/4	Página Par / Página Ímpar	3500,00 / 3000,00
Rodapé	Página Par / Página Ímpar	2000,00 / 1500,00

**Sede:** Bairro Palmeiras 1, Rua João de Barros, nº270, Beira  
**Sucursal:** Bairro da Sommerschild, Rua António Simbine, nº 114, 1º andar, Maputo  
**Website:** [www.acismoz.com](http://www.acismoz.com)  
**Tel:** +258 82 243 4188 / +258 82 627 0600  
**Email:** [acisadmin2@acismoz.com](mailto:acisadmin2@acismoz.com)  
[aciscoms@acismoz.com](mailto:aciscoms@acismoz.com)

# PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

## **SOBRE ACIS**

A Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) é uma pessoa colectiva de direito privado, com fins não lucrativos, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Fazem parte desta agremiação, pequenas, médias e grandes empresas dos ramos industrial, comercial e prestação de serviços, que operam no território nacional moçambicano, independentemente da sua origem.

## **MISSÃO**

A missão da ACIS é promover, apoiar e proteger os interesses empresariais e de negócios dos seus membros, de forma particular e das empresas em geral que operam em Moçambique; Fornecer informações, suporte e treinamento para as empresas; lobby e advocacia em prol dos membros e do Sector privado em geral. Na sua actuação a ACIS pauta pelos princípios de boa Governança e Gestão Organizacional.

## **VISÃO**

Um sector empresarial cada vez mais produtivo e competitivo, com contributos significativos para geração de emprego e riqueza e capaz dinamizar o processo de desenvolvimento económico e social do País.

**ENDEREÇO / ADDRESS** Bairro Palmeiras 1, Rua de Barros nº 270 - Beira - Moçambique  
Sucursal: Bairro da Sommerchield, Rua António Simbine, n 114, Maputo  
Moçambique

**e-mail** [aciscoms@acismoz.com](mailto:aciscoms@acismoz.com)  
[acisadmin2@acismoz.com](mailto:acisadmin2@acismoz.com)